

O papel das unidades da CEAGESP do interior do estado de São Paulo na comercialização de produtos hortifrutícolas

The role of CEAGESP's upstate units in the marketing of fruits and vegetables

Larissa Oliveira Dionisio ¹ 

Antonio Nivaldo Hespanhol ² 

Resumo

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), criada em 1969, tem como principais funções o armazenamento de grãos e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros. A CEAGESP detém a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo em um complexo de 13 unidades atacadistas, sendo uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A pesquisa teve como objetivo principal analisar a atuação das unidades da CEAGESP do interior do estado de São Paulo, localizadas nos municípios de Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba, como pontos de convergência de produtos hortifrutícolas. As análises foram empreendidas com base à noção de circuitos espaciais de produção, desenvolvida por Santos (1979). Para a consecução dos objetivos da investigação foram efetuadas pesquisas documentais e bibliográficas; levantamento de dados estatísticos e realizadas aplicações de questionários online em nove unidades da CEAGESP, sendo elas: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e São José dos Campos, além de entrevista presencial com o técnico operacional da unidade de Presidente Prudente. As centrais de abastecimento configuram-se como pontos de convergência de produtos hortifrutícolas, atuando como agente do circuito espacial de produção ao intermediar as relações entre os dois circuitos da economia urbana. Sua função principal é articular produtores e comerciantes e não a de venda direta ao consumidor final.

Palavras-chave: CEAGESP; abastecimento; hortifrutícolas; circuitos espaciais.

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, SP, Brasil. E-mail: larissa.dionisio23@gmail.com

² Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Departamento de Geografia. Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, SP, Brasil. E-mail: nivaldo.hespanhol@unesp.br

Abstract

The Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), established in 1969, is a Brazilian company whose main purpose is to carry out the storage of grains and the sale of fruits and vegetables. CEAGESP has the largest public network of warehouses in the State of São Paulo, in a complex comprising 13 wholesale units, operating as semi-public company linked to the Brazilian Ministry of Agrarian Development and Family Agriculture (MDA). The main purpose of this study was to analyze the performance of CEAGESP's upstate units, located in the municipalities of Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, and Sorocaba, in the state of São Paulo, as convergence points for fruits and vegetables. The analyses were carried out based on the notion of spatial production circuits, developed by Santos (1979). To achieve the research objectives, documentary and bibliographic research was conducted; statistical data was collected; and online questionnaires were applied in nine CEAGESP units: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, and São José dos Campos, in addition to a face-to-face interview with the operational technician of the Presidente Prudente unit. Supply centers appear as convergence points for fruit and vegetable products, acting as agents of the spatial production circuit by mediating the relationships between the two circuits of the urban economy. Their main role is to connect producers and traders, as opposed to selling directly to final consumers.

Keywords: CEAGESP; supply; fruits and vegetables; space circuits.

Introdução

O presente trabalho é derivado de uma tese de doutorado defendida em outubro de 2025, no âmbito do programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Presidente Prudente. A proposição da pesquisa está vinculada ao problema de abastecimento e escoamento da produção hortifrutigranjeira, bem como ao interesse em analisar o papel da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), discutindo sua atuação no abastecimento e suas vantagens e desvantagens para a circulação e distribuição desses produtos.

O objetivo da pesquisa foi analisar o papel dos entrepostos da CEAGESP localizados no interior do estado de São Paulo (Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba) como ponto de convergência na comercialização de produtos

hortifrutícolas e de empresas ligadas aos circuitos superior e inferior da economia urbana, atuando como agente do circuito espacial de produção hortifrutícola.

Para consecução do objetivo geral, foi feita ampla revisão bibliográfica acerca da história das centrais de abastecimento e dos entrepostos da CEAGESP do interior do estado de São Paulo, bem como da teoria dos dois circuitos da economia urbana, do circuito espacial de produção hortifrutícola e teoria das localidades centrais.

Os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados para a realização da investigação:

- levantamento bibliográfico sobre a história das centrais de abastecimento, os circuitos espaciais de produção, os circuitos superior e inferior da economia urbana e a teoria das localidades centrais;

- coleta de dados e informações de fonte secundária referentes à produção de hortifrutigranjeiros nas unidades da CEAGESP de: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba, através de dados constantes no banco de dados do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) no *site* da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e no *site* da CEAGESP.

Teoria das localidades centrais e disseminação das técnicas

Mais do que um estudo de fixos, estudar as centrais de abastecimento implica na investigação dos fluxos, razão pela qual optamos por empreender as análises com base na teoria dos circuitos espaciais produtivos, buscando compreender a produção e a circulação hortifrutícola que perpassam as unidades da CEAGESP.

A especialização produtiva constitui um dos conceitos importantes para compreender a organização dos núcleos urbanos, que dependem de fatores aglomerativos, como a proximidade das origens de matérias-primas e os custos dos transportes articulados a um mercado consumidor (Silva, 2011).

No modelo desenvolvido por Christaller (1966) considera-se uma rede de centros urbanos interdependentes, articulados a fatores fundamentais, como custo de transporte, presença de economias em escalas e oferta de serviço. O foco da teoria é

analisar o desenvolvimento e a distribuição espacial desses centros urbanos, sistematizados a partir do setor de bens e serviços, ainda que este último seja essencial para a análise territorial da hierarquia urbana. As atividades econômicas urbanas seriam paralelamente proporcionais a densidade populacional, elemento diretamente associado à centralidade, estruturada pelo comércio e pelo fornecimento de bens e serviços, como os setores administrativos, financeiros, de negócios, dentre outros.

A hierarquia dos lugares centrais se estabeleceu pela disponibilidade de bens e serviços ofertados, sendo que

Quanto maior o limiar e o alcance de um bem ou serviço, menor será o número de cidades capazes de ofertá-lo em razão dos elevados custos envolvidos em sua produção. A partir daí conformam-se os “lugares centrais de ordem superior” (centros cujas funções se estendem por uma ampla região) e “lugares centrais de ordem inferior” (centros cujas funções estendem-se por regiões menores do que a economia de referência) [...] A função primordial de um núcleo urbano é atuar como um centro de serviços para a sua área de influência mais imediata, fornecendo bens e serviços centrais. Estes, por sua vez, caracterizam-se por serem de ordens diferenciadas, gerando uma hierarquia de centros urbanos análoga aos bens e serviços que ofertam (Silva, 2011, p. 63).

A centralidade, entretanto, não pode ser definida propriamente pelo lugar ou assentamento. Trata-se menos da localização central, isto é do atributo espacial, e mais da função, um caráter mais abstrato. No processo de produção capitalista, as relações sociais que estruturam o desenvolvimento econômico são determinadas pela propriedade dos meios de produção, definindo papéis sociais e participação no produto social. Essa diferenciação entre capital e trabalho, como argumenta Barrios (2014), constitui um critério fundamental para compreender as desigualdades no capitalismo. Para Christaller (1966), o centro é definido pela função, ou seja, quando a profissão ou atividade dos habitantes se vincula a uma localização, ela assume importância não apenas para a cidade, mas também para a região, permitindo identificar centralidades maiores, menores, crescentes ou decrescentes.

Essa premissa explica a expansão territorial das CEASA's no Brasil, que se afirmam como centrais importantes para o abastecimento, geração de empregos e manutenção das atividades ao longo do circuito espacial de produção. Além disso, a localização estratégica dessas centrais em pontos representativos das regiões reforça sua função. No caso da CEAGESP, são 13 entrepostos distribuídos no estado de São Paulo e funcionam como ponto de convergência de produtos hortifrutigranjeiros, além de 12

unidades ativas de armazenagem situadas próximas aos polos produtivos na capital e no interior de 11 municípios, sendo que Araraquara possui duas dessas unidades.

De acordo com Azevedo (2008), o planejamento público é historicamente pautado pela lógica do desenvolvimento e do crescimento econômico. Para o autor, as políticas direcionadas à agropecuária são orientadas para a expansão do capital industrial, tecnificação e modernização conservadora do campo. Sob essa perspectiva, as centrais de abastecimento assumem papel central na circulação e distribuição dos produtos agrícolas, mas também reproduzem contradições inerentes à lógica econômica na qual estão inseridas.

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do estado de São Paulo (CEAGESP) e os dois circuitos da economia urbana

A partir da década de 1950, novos sistemas de produção agropecuária começaram a ser introduzidos em algumas áreas das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Antes deste período, predominava uma agropecuária de caráter arcaico, marcada pela concentração da propriedade da terra, pela baixa eficiência na produção interna de alimentos e pelo forte vínculo com a economia agrário-exportadora.

Com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização, na década de 1950, as crises alimentares passaram a ser recorrentes. No Brasil, três grandes crises ocorridas em 1910, 1937 e 1962, levaram o Estado a adotar medidas de reestruturação do sistema de abastecimento interno.

A crise de 1910 decorreu dos obstáculos ao transporte e à circulação de alimentos para grandes centros urbanos. Segundo Queiroz (2014), em resposta, criou-se o Comissariado de Alimentação Pública em 1918, que se tornou Superintendência de Abastecimento em 1920, além da prática de políticas de preços mínimos, a organização de feiras livres e cooperativas, a constituição da Delegacia Executiva da Produção Nacional e concessão de isenção fiscal para alguns produtos, como: arroz, leite, milho e charque.

A segunda crise, em 1937, foi decorrente dos efeitos da crise econômica de 1929. Conforme Linhares e Silva (1979), o governo federal instituiu a Comissão Reguladora de Tabelamento para fiscalizar preços praticados por atacadistas e varejistas, bem como a qualidade e a quantidade dos produtos ofertados.

A terceira, em 1962, também se relacionou à circulação de alimentos, mas diferiu da primeira, pois não se tratava mais de problema de transporte, mas da dificuldade de os produtos chegarem aos consumidores. Linhares e Silva (1979) destacam que, como resposta, criou-se a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), a companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). As centrais de abastecimento criadas no decorrer dos anos 1970, também se constituíram desdobramentos diretos desta crise.

A CEAGESP foi criada em 1969, a partir da fusão da Central Estadual de Abastecimento (CEASA) com a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP). Ambas eram empresas estatais paulista com objetivos semelhantes de comercializar a produção hortifrutigranjeira, bem como armazenar grãos.

A partir do ano de 1970, iniciou-se o processo de descentralização das unidades da CEAGESP. O primeiro entreposto inaugurado fora da capital foi o de São José do Rio Preto, em 3 de março de 1979, seguido pela unidade de Bauru no mesmo ano conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Datas e cidades nas quais foram inaugurados os entrepostos da CEAGESP no estado de São Paulo

Unidades do interior	Datas	Unidades inauguradas
1	3 de março de 1979	São José do Rio Preto
2	7 de março de 1979	Bauru
3	12 de janeiro de 1981	Ribeirão Preto
4	13 de agosto de 1981	Sorocaba
5	11 de dezembro de 1981	Presidente Prudente
6	29 de dezembro de 1981	Araraquara
7	16 de janeiro de 1982	Marília
8	23 de janeiro de 1982	Araçatuba
9	10 de março de 1982	Piracicaba
10	28 de outubro de 1982	Guaratinguetá
11	28 de dezembro de 1982	São José dos Campos
12	01 de março de 1983	Franca

Fonte: CEAGESP, 2024. Org.: Larissa O. Dionisio, 2025.

O Pavilhão Mercado Livre (MLP) foi construído no ano de 1964 pelo Entreposto Terminal de São Paulo (ETSP), de modo que foi expandido pela CEAGESP no ano de

1977, ocorrendo à comercialização de 6,2 mil toneladas de produtos num único dia, ultrapassando o maior mercado de alimentos na época, o Paris-Rugis.

Em 1979 foi estabelecido o primeiro varejão a preços controlados, ampliando o atendimento ao consumidor final. Em 1994 surgiu o varejão noturno no Entrepasto Terminal São Paulo (ETSP) da CEAGESP. No final da década de 1990, conforme Cunha e Campos (2008), as negociações das dívidas estaduais com a União resultaram na federalização de duas empresas atacadistas: a Ceasaminas (MG) e a CEAGESP (SP), que juntas representavam cerca de 60% do comércio de frutas, legumes e verduras do país.

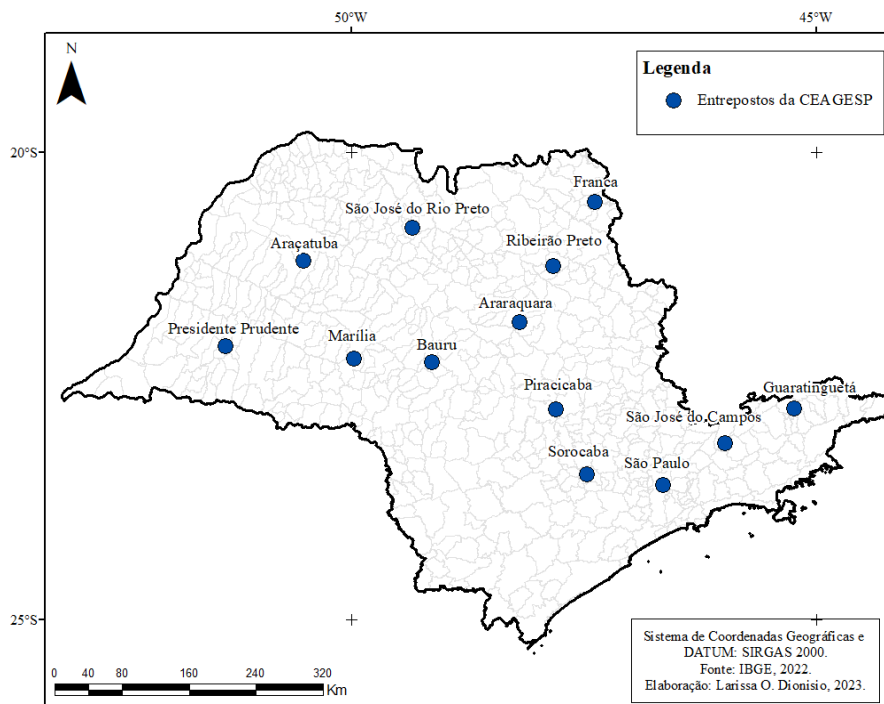
Apenas no ano de 2015, conforme Dionisio (2021), a CEAGESP foi retirada do Programa Nacional de Desestatização (PND), por meio do Decreto Presidencial 8.417/2015. A medida ampliou a capacidade de obtenção de crédito para investimentos e favoreceu parcerias públicas e privadas, fortalecendo a atuação estatal no setor de abastecimento.

Atualmente, a CEAGESP possui 13 entrepostos destinados à venda e depósito de mercadorias, bem como 13 unidades de armazenamento com capacidade total de 640 mil toneladas (CEAGESP, 2026). De acordo com informações da empresa (CEAGESP, 2026), sua função é assegurar infraestrutura para que atacadistas, cooperativas, exportadores, produtores rurais, agroindústrias e importadores desempenhem suas atividades com segurança e eficiência. A CEAGESP é a maior rede pública de armazéns e silos graneleiros do estado de São Paulo, se constituindo na maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, pescados, flores e diversos, como alho, batata, cebola e ovos, da América Latina.

Para Castillo e Frederico (2010), a localização das atividades é um elemento imprescindível tanto nas decisões referentes aos aspectos materiais das atividades produtivas dominantes, quanto na investigação da hierarquia entre os lugares. As unidades da CEAGESP estão situadas em Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba, conforme representado no Mapa 1.

Além das unidades da CEAGESP, existem no estado de São Paulo outras centrais, como a Ceasa do Grande ABC, localizada em Santo André e vinculada a Companhia de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA), empresa pública municipal, e a Ceasa de Campinas, municipalizada em 1989, quando passou ao controle da prefeitura.

Mapa 1 – Localização dos entrepostos da CEAGESP no estado de São Paulo



Fonte: CEAGESP, 2023. Org.: Larissa O. Dionisio, 2023.

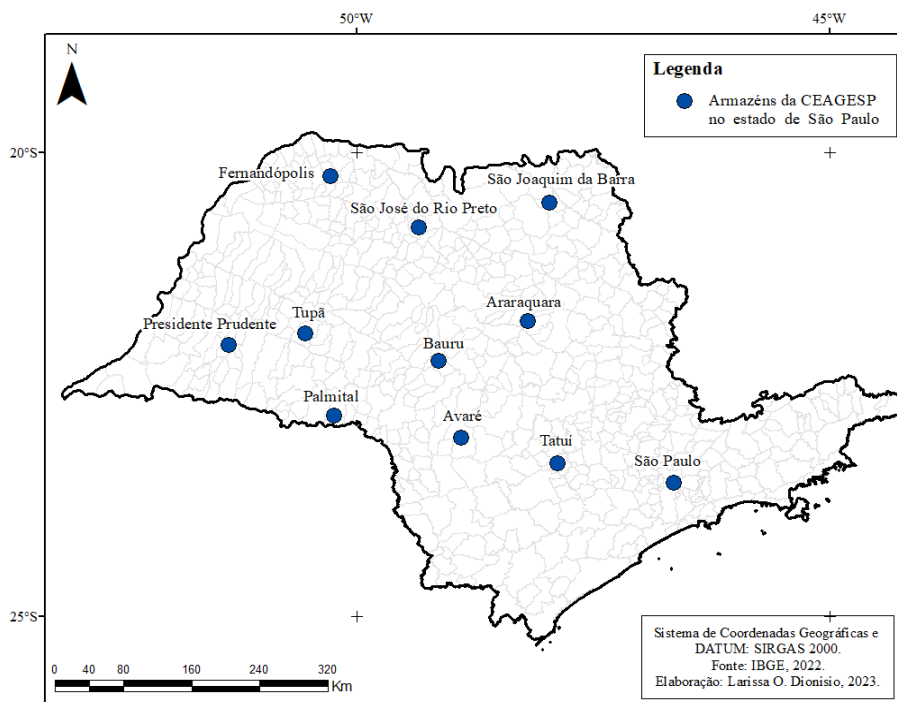
Atualmente, a CEAGESP tem como objetivo central gerenciar as políticas de abastecimento alimentar no estado de São Paulo por meio de seus armazéns, silos graneleiros e entrepostos atacadistas.

A CEAGESP atua como reguladora de preços, publicando mensalmente o Índice de Preços CEAGESP, que apresenta as variações no atacado tanto nos setores de frutas, legumes, verduras, como no setor de pescados e outros produtos, como alho, cebola, ovos e batata. No interior, esses entrepostos funcionam como suporte para o abastecimento de mercados e supermercados e, em alguns casos, como em Presidente Prudente, por exemplo, até mesmo hipermercados, quando há problemas com fornecedores e falta de produtos hortifrutícolas no estoque. Essa situação revela a dependência dos comerciantes em relação às centrais, que vêm sendo utilizadas também por feirantes, em substituição à compra direta de produtores ou mesmo à produção própria.

Segundo informações constantes no *site* da CEAGESP (2026), a empresa possui doze unidades ativas de armazenagem, localizadas em 11 municípios do estado de São Paulo, sendo duas delas no município de Araraquara, próximas aos principais

polos produtivos na capital e no interior do estado. No Mapa 2 é mostrada a localização dessas unidades.

Mapa 2 – Localização das unidades de armazenagem da CEAGESP no estado de São Paulo



Fonte: CEAGESP, 2023. Org.: Larissa O. Dionisio, 2023.

Embora a CEAGESP seja elemento imprescindível para a circulação e distribuição de mercadorias, sua atuação também pode ser definida como um sofisma, ou seja, um elemento ilusório que organiza o abastecimento, ainda que possibilite e assegure a presença dos atravessadores no circuito espacial de produção. Isso ocorre porque as quantidades mínimas exigidas para comercialização nas centrais de abastecimento, afastam pequenos produtores, que, sem capacidade produtiva ou sem meios de transporte para acessar os entrepostos, acabam vendendo sua produção a atravessadores/intermediários (Dionisio, 2021).

As centrais de abastecimento interagem com os dois circuitos da economia urbana, à medida que conectam produtores primários indiretamente aos consumidores finais, perpassando agentes do circuito espacial de produção hortifrutícolas, tais como: intermediários, empresas atacadistas, transportadoras, pequenos mercados de bairros, supermercados e mesmo os hipermercados. Silveira (2010) ressalta o vínculo de subordinação e dependência do circuito inferior, mesmo com a sua renovação e

modernização, do circuito superior, ainda que o autor admita que ambos possuíssem um movimento contraditório e complexo, agindo como vasos comunicadores, já que sua dinâmica é restringida pelos fatores de produção.

O circuito superior é constituído por bancos, transportadoras e serviços atacadistas, já o circuito inferior por atividades mais modestas, como manufaturados, prestação de serviços, atividades que não utilizam tecnologia mais desenvolvida, enquanto que o circuito inferior é constituído por atividades mais simples, como artesanato, prestação de serviços, fabricação e transporte tradicional (Santos, 2008).

No que diz respeito a CEAGESP, Dionisio (2021) define o circuito superior que perpassa as centrais de abastecimento como os hipermercados e supermercados, enquanto no circuito inferior estão inseridos os mercados de bairros e feirantes, a autora ainda salienta que os hipermercados não possuem majoritariamente dependência nenhuma das centrais de abastecimento, enquanto os supermercados podem fazer uso das centrais de abastecimento quando falta algo no estoque ou comprar parte de sua produção nessas centrais, já mercados e feirantes possuem dependência das centrais para abastecer seus produtos hortifrutícolas.

Santos (2008) ressalta que as centrais de abastecimento fazem a integração entre empresas atacadistas e transportadoras, conectando o circuito superior ao inferior, contudo a comunicação entre os dois não é eficaz e não gera um aprimoramento da produtividade, nem políticas que auxiliem agentes do circuito inferior, perpetuando o empobrecimento destes e exclusão das atividades do circuito superior marginal. Além disso, deve ser ressaltado que o acesso ao mercado se mantém reduzido a alguns poucos comerciantes que podem cobrar valores altos pela mercadoria, resultando na manutenção ativa do ciclo de reprodução do empobrecimento, onde a mais valia ficará com os agentes do meio do circuito, como transportadoras e distribuidoras, bem como infraestruturas que façam o intermédio dos produtos hortifrutícolas, gerando prejuízo aos agentes das pontas, que são os produtores primários e consumidores finais.

Verifica-se na Tabela 1 que a unidade da CEAGESP de São Paulo comercializou, em 2023, 3.013.520,5 toneladas, seguida por Ribeirão Preto, com volume anual de 232.037,8 toneladas e Sorocaba com 160.748,8 toneladas no ano. O menor volume comercializado foi em Franca, com um volume anual de 13.959,2 toneladas, no mesmo ano.

Tabela 1 – Volumes médios anuais comercializados nas unidades da CEAGESP em 2023

Municípios	Volume Anual (1.000t.)	Porcentagem (%)
São Paulo (ETSP)	3.013,5	78,59
Ribeirão Preto	232	6,05
Sorocaba	160,7	4,19
São José do Rio Preto	136,1	3,55
São José dos Campos	79,9	2,08
Bauru	66,9	1,74
Presidente Prudente	54,6	1,42
Araçatuba	26,6	0,69
Piracicaba	22	0,57
Araraquara	15,8	0,41
Franca	13,9	0,36
Marília	12,4	0,32
TOTAL	3.834,4	100,00

Fonte: CONAB, 2024. Org.: Larissa O. Dionisio, 2024.

Os percentuais de participação mostram concentração acentuada no ETSP, que concentra 78,59% do volume total comercializado, seguido por Ribeirão Preto (6,05%) e Sorocaba (4,19%).

No Quadro 2, estão listados os principais produtos comercializados nas unidades da CEAGESP. Destaca-se que São José do Rio Preto possui comercialização significativa de flores, sendo o único entreposto, além de Guaratinguetá, a apresentar tal perfil. Ressalta-se que a unidade de Guaratinguetá não comercialize produtos hortifrutigranjeiros.

Quadro 2 – Principais produtos comercializados nas unidades CEAGESP

Municípios	Produtos
Araçatuba	Banana, laranja, melancia, mamão e tomate
Araraquara	Abacaxi, banana, batata, cebola, manga, melancia, pepino e tangerina
Bauru	Banana, batata, cebola, laranja e tomate
Franca	Cenoura, banana, batata, laranja, e tomate
Guaratinguetá	Flores, plantas; Estocagem de hortifruiti e produtos secos como: arroz, feijão, farelo, ração e sal
Marília	Banana, batata, cebola, laranja e tomate
Piracicaba	Batata, cebola, laranja, manga e repolho
Presidente Prudente	Banana, batata, cebola, laranja e tomate
Ribeirão Preto	Abóbora, banana, batata, cebola, laranja, melancia, morango e tomate
São José do Rio Preto	Abacaxi, batata, cebola, laranja, tomate e flores
São José dos Campos	Banana, batata, melancia, laranja e tomate
São Paulo	Batata, laranja, limão, maçã, mamão e tomate
Sorocaba	Banana, batata, laranja, melancia e tomate

Fonte: CEAGESP, 2022. Org.: Larissa O. Dionisio, 2025.

A CEAGESP possui suas próprias normas de organização e regulação, incluindo dias e horários específicos de comercialização. Embora qualquer empresa ou pessoa física possa adquirir produtos nos entrepostos, há quantidades mínimas para compra. Na CEAGESP são vendidos diferentes produtos com origens diversas, podendo ser dos arredores do município que possui uma unidade como de outros estados da federação. As atividades são executadas desde a madrugada, sendo comercializados produtos perecíveis como verduras, legumes e flores.

A relação das unidades da CEAGESP do interior do estado de São Paulo com o circuito espacial de produção hortifrutigranjeira

Uma das características do abastecimento alimentar *in natura* é que a produção tem sua origem relativamente distante do local onde se encontra o consumidor final, através da combinação entre a especialização produtiva do território, o conhecimento técnico-científico-informacional e a organização da divisão territorial da produção agregado em determinado espaço geográfico. Como salienta Silveira (2011), cria-se, assim, uma economia de escala que acumula atividades similares numa área, reduzindo custos globais e individuais, o que facilita a disseminação de informações do processo produtivo. Esse contexto favorece a expansão e/ou criação de serviços especializados que permitem a implantação e propagação das atividades produtivas nessa área, uma vez que a produção exige uma fluidez na circulação.

No caso das centrais de abastecimento é oferecida apenas a estrutura para que haja a comercialização entre os agentes, o permissionário/autorizatório deve levar sua produção com veículo próprio ou através de distribuidores ou intermediários, há uma quantidade mínima para se poder comercializar, um padrão de qualidade mínimo a ser seguido e acesso à internet já que todas as normas, manuais, contratos, boletos, notas fiscais, etc. se encontram no *site* da empresa, caso o produtor não possua alguns desses atributos, recorre-se ao intermediário/atravessador para escoar sua produção, ampliando o circuito de comercialização.

Os circuitos espaciais de produção se constituem nas diferentes fases pelas quais um produto passa até chegar ao consumidor final (Santos, 2008). A substituição dos circuitos regionais por circuitos espaciais permitiu uma maior articulação entre diferentes regiões e expandiu o entrelaçamento do processo produtivo, por intermédio

dos chamados circuitos espaciais de produção (Santos; Silveira, 2006). Ainda que isso também fomente uma divisão territorial do trabalho mais desigual, fundamental para o surgimento de novas formas de cooperação e de controle nas diversas escalas.

Como mencionado, as regiões passaram por processos de desenvolvimento e modernização diferentes, ampliando a divisão territorial do trabalho e engendrando o território de forma diferenciada, com áreas de rarefação e densidade. As atividades mais rentáveis e com maiores recursos materiais, localizadas em determinados pontos, criam e organizam vantagens, como serviços, normas e políticas que garantem sua criação e contínua reprodução. Todavia, a produção não assegura, necessariamente, empregos significativos, sobretudo porque as atividades ficam concentradas nas mãos de poucos agentes que participam do circuito espacial de produção e dominam tais atividades, bem como o grupo de fornecedores, distribuidores e compradores. Isso culmina na acumulação da mais-valia, regulada pela qualidade, quantidade e pelo preço, gerando a necessidade de sistematizar novas formas ágeis de organização que permitam a produção e circulação acelerada, promovendo enriquecimento para apenas algumas classes ou agentes de fora que aceitam formas subordinadas de inserção para garantir estabilidade da renda pessoal.

Obviamente as centrais de abastecimento estipulam um padrão de qualidade, contudo seus circuitos são muito amplos, sendo que a origem da produção pode vir não só de outros estados do entorno, mas de outras regiões e, dada à extensão territorial do Brasil, para que a produção chegue estando dentro do padrão estipulado, será necessária a utilização de conservantes para evitar a deterioração da produção hortifrutícola.

No caso da produção hortifrutícola e de seus intermediários, a acumulação tende a concentrar-se na porção intermediária do sistema, não alcançando agentes importantes ao seu funcionamento. Entre esses, destaca-se o pequeno produtor primário, cujo investimento, capital e tempo empregados na produção são superiores ao valor recebido, o que evidencia um grande distanciamento entre capital e trabalho; e o consumidor final que paga o preço estipulado, consciente ou não, de que tal valor não chegará às mãos do produtor primário, seja para garantir quantidade e qualidade da produção, seja para assegurar a renda necessária a sua subsistência.

A garantia de produção, distribuição e circulação aceleradas, requer o aprimoramento de técnicas e objetos técnicos que permitam maior velocidade no

processo produtivo. Isso resulta em acumulação e enriquecimento para “algumas classes regionais ou para novos atores que chegam de fora. Qualificados e por vezes com rendas relativas mais altas, esses novos atores são convidados a formas subordinadas de ação e, ainda que possam ter consciência disso, frequentemente não têm outra alternativa” (Silveira, 2011, p. 7).

Não se pode negar que as centrais de abastecimento promovem a circulação e distribuição rápida, bem como o escoamento da produção, contudo, como mencionado, isso não significa um modo de cooperação, de acordo com Silveira (2011), que propicie melhores salários frente à competitividade das empresas, é neste âmbito que aparecem os supermercados e grandes lojas, que controlam os grandes bancos o que lhes fornece autonomia ou são amparados pelas estruturas bancárias, isto é, as grandes lojas e os supermercados representam um fenômeno em expansão nos países subdesenvolvidos. Sua existência está ligada à possibilidade de uma demanda mais numerosa e mais diversificada, assim como às possibilidades de pagamento em dinheiro líquido ou segundo as formas burocráticas de crédito, tais como os cartões de crédito instituídos pelos bancos ou sistemas de crédito particulares a certas firmas comerciais (Santos, 2008, p. 86-87).

O serviço moderno, o comércio e a indústria são definidos por Santos (2008) como atividades integrantes do circuito superior da economia urbana. As “atividades puras” referem-se ao comércio e às indústrias de exportação, enquanto as “atividades impuras” do circuito superior se articulam de forma mais direta ao mercado interno. Atividades como transporte e determinados serviços, assim como formas artesanais e pré-modernas de fabricação integram o circuito inferior. Os bancos, por sua vez, combinam as atividades modernas das cidades com outras cidades maiores do país, constituindo esse seu traço crucial.

A CEAGESP não só incorpora circuitos espaciais produtivos hortifrutícolas variados, como também conecta os dois circuitos da economia urbana e se constitui como agente do circuito espacial de produção hortifrutícola. As unidades de São José do Rio Preto e Bauru, por exemplo, funcionam como pontos de convergência desses fluxos, articulando produtores, atacadistas e comerciantes. Ao mesmo tempo em que facilitam o acesso ao abastecimento e contribuem para a regulação de preços dos produtos hortifrutícolas, mantêm um modelo de mercado orientado pela lógica capitalista e pela seletividade dos agentes econômicos, o que reforça as desigualdades sociais.

Na unidade da CEAGESP de Bauru, assim como na de São José do Rio Preto, são estipuladas quantidades mínimas para se vender no entreposto, o que tende a afastar pequenos produtores e reforçar a concentração do mercado. Além disso, a exigência de

quantidades mínimas para aquisição e a presença de compradores provenientes de diferentes regiões do estado ampliam o circuito comercial, agregando novas etapas ao processo, mais tempo de circulação e, conseqüentemente, elevação dos preços ao consumidor final.

As unidades da CEAGESP de Ribeirão Preto, Sorocaba, Presidente Prudente e Araraquara também são agentes do circuito espacial de produção hortifrutícola, atuando como pontos de convergência e redistribuição regional. A unidade da CEAGESP de Ribeirão Preto pode ser considerada uma região complementar, enquanto a de Araraquara se aproxima da noção de localidade central, tal como, em menor grau, a unidade de Sorocaba. A unidade de Presidente Prudente assume simultaneamente características de localidade central e de região complementar. Em todas essas unidades, o circuito é predominantemente longo, na medida em que se prioriza a figura do atravessador ao se estabelecer quantidades mínimas para comercialização, reforçando uma “lógica rentista” dos alimentos e favorecendo o capital em detrimento das relações de consumo.

Os Varejões Diurnos e Noturnos, que ocorrem no entreposto de Sorocaba, são uma opção para o produtor, já que permitem a comercialização direta entre produtor e consumidor final. No entanto, o fechamento do Mercado Sobre Veículo evidenciou o afastamento do produtor em benefício do comerciante. Como não obtivemos resposta do entreposto às tentativas de contato, não foi possível aprofundar a compreensão de sua dinâmica atual.

Nas unidades da CEAGESP de Ribeirão Preto, Sorocaba, Presidente Prudente e Araraquara também são estipuladas quantidades para venda no entreposto, afastando pequenos produtores. Do mesmo modo, há volumes a serem adquiridos, privilegiando a continuidade do circuito longo e recebendo compradores de todo o estado de São Paulo e de outras unidades da federação, o que acrescenta etapas ao circuito, aumenta o tempo de circulação e eleva o preço final. Apesar disso, essas unidades cumprem papel importante no escoamento da produção hortifrutícola, especialmente em contextos de elevada sazonalidade e risco de perdas, ao garantir infraestrutura e certa regularidade aos fluxos de abastecimento.

As unidades da CEAGESP de Marília, Araçatuba, Piracicaba podem ser definidas como localidades centrais, tanto pelo papel que exerce na constituição de

circuitos inferiores de abastecimento quanto pela urbanização e geração de empregos em seu entorno. Em todas elas, observa-se a mediação entre atividades mistas dos circuitos superior e inferior, reforçando seu caráter de agentes do circuito espacial de produção. Contudo, não se constituem em circuitos curtos, pois operam segundo a lógica empresarial que sustenta o modelo capitalista de comercialização, o que limita o acesso de pequenos produtores, dificulta a soberania alimentar e amplia desigualdades no abastecimento

A unidade da CEAGESP de Guaratinguetá, especializada em flores e plantas, se caracteriza como uma região complementar. É importante ressaltar que o tamanho da região complementar difere conforme o tipo de bem, variando periodicamente e sazonalmente. A unidade de Guaratinguetá se sobressai às regiões complementares vizinhas no que diz respeito ao comércio de plantas e flores, sobretudo porque a CEAGESP estipula volumes mínimos para comprar no entreposto.

A unidade de São José dos Campos se constitui tanto uma localidade central quanto uma região complementar, já que é voltada à geração de empregos e à oferta de bens e serviços, variando periodicamente de acordo com a produção hortifrutícola ofertada. Sua área de influência alcança localidades não atendidas pela unidade de Guaratinguetá, que comercializa apenas flores e plantas.

A unidade da CEAGESP de Franca é um lugar central, mas também se constitui como região complementar quando se discute a circulação de produtos hortifrutícolas. Sua localização próxima a uma rodovia, aliada a urbanização do entorno, amplia sua importância para além do município sede, uma vez que abastece municípios vizinhos e dois municípios de outro estado da federação, se destacando de outras regiões complementares adjacentes.

Assim, as unidades da CEAGESP de Marília, Araçatuba, Guaratinguetá, São José dos Campos e Franca são agentes do circuito espacial de produção hortifrutícola, na medida em que promovem a comercialização de produtos hortifrutícolas e se estabelecem como pontos de convergência, isto é, circulação e distribuição. Todavia, as exigências de quantidades mínimas para comercialização e aquisição reforçam a centralidade dos intermediários, dificultam o acesso dos pequenos produtores e ampliam o número de etapas do circuito, elevando custos e distanciando ainda mais produção e consumo final.

Considerações Finais

A pesquisa cumpriu o objetivo de analisar o papel desempenhado pelas unidades da CEAGESP do interior do estado de São Paulo na comercialização de produtos hortifrutícolas, demonstrando que as centrais de abastecimento se constituem pontos de convergência desses produtos e agentes do circuito espacial de produção hortifrutícola.

A modernização dos transportes e das comunicações permitiu maior conexão entre os centros de comandos e promoveu a dispersão espacial de etapas da produção agrícola. A partir da década de 1950, novos sistemas produtivos passaram a ser introduzidos em algumas áreas das regiões Sul e Sudeste. Nesse contexto de intensificação da industrialização e urbanização, as crises alimentares tornaram-se recorrentes, culminando em três grandes crises (em 1910, 1937 e 1962) que levaram o Estado a adotar medidas para reestruturar o sistema de abastecimento interno.

A crise de 1962, causada por barreiras à circulação que impediam os produtos de chegarem aos consumidores, foi particularmente decisiva, pois deu origem à elaboração e, posteriormente, à implementação das centrais de abastecimento na década de 1970. Esse período coincidiu com importantes avanços na técnica e ciência e no processo de integração do território, marcando o estabelecimento do período técnico-científico-informacional com o aprofundamento da integração territorial, caracterizando o início do identificado por Santos (1996) como período técnico-científico-informacional, no qual a circulação e a informação passam a desempenhar papel central no processo social.

O advento das centrais de abastecimento ocorreu no século XX em virtude das crises de abastecimento agroalimentar, promovendo melhor circulação e distribuição de produtos hortifrutícolas. Contudo, com o passar dos anos, essas centrais se consolidaram como elos imprescindíveis no abastecimento de mercados, supermercados e feirantes em municípios brasileiros.

O papel da CEAGESP se transformou ao longo do tempo, passando a regular os fluxos de distribuição e circulação da produção hortifrutícola, envolvendo diversos agentes do circuito espacial de produção hortifrutícola: produtores primários, intermediários, comerciantes, mercados varejistas, feirantes supermercados e consumidores finais. A CEAGESP reduz ineficiência na circulação embora, ao mesmo tempo, reforça a atuação dos intermediários, adicionando uma etapa adicional na

circulação e elevando o preço final dos produtos. Além disso, a lógica de comercialização em larga escala afasta agricultores familiares e redes alternativas alimentares que não conseguem atender às quantidades mínimas exigidas nos entrepostos.

Os entrepostos da CEAGESP são importantes para o escoamento da produção e para o abastecimento de mercados, supermercados, feiras livres, restaurantes, quitandas, sacolões, dentre outros estabelecimentos, articulando os circuitos superior, inferior e intermediário da economia urbana. Constitui-se, assim, como agentes do circuito espacial da produção hortifrutícola.

Entretanto por integrar diferentes circuitos espaciais de produção e constituir-se apenas numa etapa da comercialização seguida por outras, não se conectando diretamente ao consumidor final, a CEAGESP não integra o chamado circuito curto de comercialização de alimentos. A CEAGESP, enquanto empresa de economia mista, opera segundo uma lógica empresarial, assim sendo, as quantidades mínimas de comercialização exigidas inviabilizam a participação de pequenos produtores, agricultores familiares e redes alternativas alimentares, promovendo a manutenção do modelo capitalista de comercialização, ratificando desigualdades e causando prejuízo a soberania alimentar.

A CEAGESP atua como reguladora de preços, publicando mensalmente o Índice de Preços CEAGESP, que apresenta as variações no atacado tanto nos setores de frutas, legumes, verduras, como no setor de pescados e outros produtos, como alho, cebola, ovos e batata. No interior paulista, os entrepostos funcionam como suporte para o abastecimento de mercados e supermercados e, em alguns casos, como em Presidente Prudente, por exemplo, até mesmo hipermercados, quando há problemas com fornecedores e falta de produtos hortifrutícolas no estoque. Isso evidencia a dependência dos comerciantes em relação às centrais, que vêm substituindo, cada vez mais, a compra direta de produtores ou a produção própria por parte dos feirantes.

É fato que as centrais de abastecimento facilitaram o acesso dos comerciantes aos produtos agrícolas e ampliaram a oferta ao consumidor, inclusive reduzindo limitações sazonais. Contudo, essas centrais também operam numa logística de distribuição marcada por contradições. Ao reforçar a presença do intermediário, por meio das quantidades mínimas exigidas, a CEAGESP afasta pequenos produtores, empurrando-os para as pontas do circuito, contribuindo para aprofundar desigualdades.

Com uma lógica empresarial, voltada para escalas ampliadas, a CEAGESP como elemento central do modelo capitalista de comercialização, distancia os princípios da soberania alimentar e aproxima prioritariamente os interesses do capital.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- AZEVEDO, F. F. Desenvolvimento local e capital social: uma abordagem teórica. **GEONORDESTE**, São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, no. 1, p. 87-106, 2008. Edição Especial.
- BARRIOS, S. Dinâmica social e espaço. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/view/201/0> Acesso em: 7 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.54446/bcg.v4i2.201>
- CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>.
- CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, 2026. **CEAGESP**. Sobre as unidades da CEAGESP no estado de São Paulo. Disponível em: <https://ceagesp.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/a-ceagesp/>. Acesso em: 13 abr. 2026.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Prohort**. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, 2023. Sobre abastecimentos das centrais de abastecimento brasileiras. Disponível em: <http://www.ceasa.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2024.
- CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Trad. Carlishe W. Baskin. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, c1966.
- CUNHA, A. R. A. A.; CAMPOS, J. B. Sistema CEASA: uma rede complexa e assimétrica de logística. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. 13, 2008, Belo Horizonte, **Anais...**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008, p. 1-19.

DIONISIO, L. O. **O Papel da CEAGESP na comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros no oeste do estado de São Paulo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2021.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagri, 1979, 240p.

QUEIROZ, T. A. N. **A CEASA-RN e os circuitos da economia urbana: a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2. ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1979], 440 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, 473p.

SILVA, F. F. **Centralidade e impactos regionais de política monetária: um estudo dos casos brasileiro e espanhol**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011.

SILVEIRA, M. L. Território Usado: Dinâmicas de Especialização de Diversidade. **Ciências Geográficas**, Bauru, v. XV, p. 04-12. 2011.

Recebido em 28/11/2025.

Aceito para publicação em 22/04/2026.